

Os partidos puseram-se fora desta sucessão

Fernando Collor de Mello, falando na convenção partidária que o sagrou candidato a presidente da República, assumiu com clareza suas posições privatistas em matéria econômica e especificou pontos de um programa administrativo



que se compromete a cumprir se chegar ao governo. Enquanto isso, Ulysses Guimarães recebia carta do governador Miguel Arraes e lia declarações à imprensa do governador Álvaro Dias, criticando o candidato e a sua campanha por falta de nitidez nas tomadas de posição quanto a questões econômicas, sociais, éticas, políticas e administrativas. O programa de ontem na televisão já estava gravado pelo candidato do PMDB, quando ocorreram esses dois fatos, que apenas reiteram cobranças anteriores dos dois políticos com liderança nas respectivas áreas.

É possível que Ulysses se preocupe com o espaço aberto ao exame crítico de seus pronunciamentos, de suas posturas como candidato e das estratégias de luta do seu partido. Na realidade isso reflete apenas a importância de ambos, de Ulysses e do PMDB. Do candidato, pelo que ele é e tem sido ao longo da luta pelo restabelecimento de instituições democráticas no país. E do partido, por ter-se consolidado e crescido na luta contra o regime militar, e ter-se tornado, apesar das contradições que o dilaceram, a maior agremiação partidária do país, historicamente só superada pela Arena, formada a toque de caixa ou de corneta pelos generais de serviço.

São circunstâncias que tornam quase obsessiva a ênfase dada aos prováveis erros de Ulysses Guimarães e do PMDB, os quais tecnicamente deveriam estar conduzindo a atual campanha presidencial. Ele já perdeu apoio de alguns governadores, como os do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, e poderá perder ainda a cobertura explícita dos governadores de Pernambuco e do Paraná, que permanecem ao seu lado possivelmente por falta de alternativas mais convincentes. A situação do PMDB e do seu candidato, se é precária da Bahia para cima, não o é menos da Bahia para baixo.

Se em São Paulo e em Minas, as duas principais fontes de voto do país, Ulysses se situa entre os menos votados, no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul ele sequer se inclui entre os que disputam, pois em ambos os estados a luta trava-se claramente entre Leonel Brizola e Collor de Mello, com algumas sobras de votos para Lula e Covas. Brizola tem desempenho excelente nas suas duas grandes bases, embora seja alarmante sua carência de votos paulistas e mineiros. O candidato do PMDB, no entanto, não conta com nenhuma grande força de sustentação, pelo menos até aqui. Em nenhum estado ele está efetivamente na disputa. Sua situação é tão frágil no Paraná como nos estados do Nordeste, nos quais a tradição partidária ainda tem algum peso.

Evidentemente, essa não é uma repulsa pessoal a Ulysses, mas ao partido e ao seu comportamento político na campanha e ao longo do atual governo. O discurso anti-Sarney não estava na sua vocação. Na vocação de quem se identificou com o próprio governo, segundo a avaliação de um público que provavelmente melhor entenderia partido e candidato esforçando-se por melhorar o governo do que simplesmente o repudiando. E o PMDB é a marca principal do mundo político pelo qual a população vem demonstrando insatisfação, senão repulsa. Os partidos, todos eles, incorrem nos erros que geraram essa condenação. O novo PT, que surgiu como uma proposta partidária coerente e uniforme, vai-se dissolvendo em lutas de campanário, disputa de posições entre facções, cuja divergência é difícil medir para quem está à distância do seu sinuoso espectro ideológico. É mais uma esperança que se perde.

Os partidos, portanto, puseram-se fora desta sucessão. A luta empobrece-se. É apenas uma luta de candidatos, quando o novo e o insólito substituem o que deveria ser (mas não é) o velho e o bom. O conhecido Ulysses, estigmatizado como o maior expoente da vida política e o sócio no poder por tanto tempo do presidente José Sarney, vai tendo suas legítimas aspirações imoladas por uma imagem que não consegue liberar das suas raízes mais profundas. Ele não pode continuar ao lado de Sarney, mas também não pode dizer que não é Sarney. O nome pouco importa. Ele tem que defender o político, mas não pode solidarizar-se com as práticas que ontem e hoje desenharam o perfil do político brasileiro, o que a cada mês aumenta com seu voto os próprios subsídios. Como sair disso? É o que o experiente deputado e candidato está chamado a dizer, durante sua campanha. Não é fácil.

Carlos Castello Branco